

Projetos para gestão privada de escolas avançam em três estados

Privatização da gestão de escolas públicas avança em três estados

Paraná já enviou projeto de lei ao Legislativo, e São Paulo marcou lançamento de edital; em Minas, tema está sendo estudado

ERUNO ALFANO

A proposta de contratação de instituições privadas para administrar colégios públicos avançou no Paraná e em São Paulo. A medida, que tem resistência de partidos de oposição e do sindicato de professores, também é estudada em Minas Gerais. A ideia do governo de Ratinho Júnior, no Paraná, é escolher escolas particulares para serem responsáveis por manutenção predial, controle de faltas, contratação de professores temporários e outras funções burocráticas, enquanto o diretor — um servidor da rede — se dedicará mais a cuidar apenas do projeto pedagógico.

Lá, dois colégios pilotos já são administrados dessa forma desde o ano passado. Agora, o plano chegou à Assembleia Legislativa do estado para que o modelo seja ampliado para 200 escolas, o que representa 9% da rede. De acordo com o secretário de Educação do estado, Roni Miranda, esse modelo será implementado apenas em escolas com baixo índice de aprendizagem e alta evasão. O programa prevê ainda que essas unidades tenham pelo menos 450 alunos e que uma assembleia formada por professores, pais e funcionários aprova a privatização da administração do colégio. Em 2023, 27 escolas foram consultadas e só duas aceitaram a novidade.

No momento em que a gente fez a consulta, as pessoas não conheciam o modelo, e isso gerou insegurança. Mas funcionou nas duas escolas em que implementamos. Houve um aumento significativo na proficiência e na pre-

sença dos alunos — defende o secretário. — Esse é um modelo para algumas unidades só. Não é para a rede toda. Temos alguns colégios que são excelentes, têm qualidade de escolas privadas já.

Caso o projeto seja aprovado, as empresas serão escolhidas por licitação e cada uma administrará um grupo de escolas, divididas em lotes. Elas receberão até R\$ 800 mensais por matrícula. Miranda afirma que esse é o valor médio gasto por estudante no estado. Nas escolas que tiverem ainda professores concursados ou outros gastos pagos pelo estado, essa diferença será descontada do valor do contrato repassado às empresas. Além disso, o estado pagará bônus por desempenho, analisando a diminuição de abandono escolar e melhoria nas notas do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

— Esses contratos serão de 12 meses renováveis por mais quatro anos, mas a gente pode rescindir a qualquer momento no caso de um contratado não entregar os resultados em frequência e melhoria no Ideb — afirmou Miranda.

O lucro financeiro alcançado pelas empresas privadas resultará do que em elas conseguiram administrar a verba repassada pelo estado, segundo o secretário — ou se não, o que ela conseguir economizar com o pagamento pela prestação de serviços. Miranda avalia que os contratos costumam ser mais caros quando feitos pela esfera pública. O titular da Educação ressalta ainda que há travas que impedem as empresas de prestarem serviços de baixa qualidade. Entre eles, estão prazo para contratação de professores temporários, garantia de três refeições diárias, limite de



Novo modelo de administração. Sala de aula do Colégio Estadual Anibal Khury Neto, no Paraná: unidade tem projeto piloto do plano de gestão privada

A PROPOSTA DE MUDANÇA NA REDE



Como No Paraná e em São Paulo, as entidades privadas serão responsáveis pela área administrativa, liberando o diretor para atuar na parte pedagógica. Já em Minas Gerais, a gestão das duas áreas estão nas mãos da entidade da sociedade civil.



Quem O governo do Paraná quer contratar escolas privadas para administrar as públicas. Já em MG a ideia é usar entidades civis sem fins lucrativos. Em São Paulo ainda não há definição sobre que tipo de gestão será aplicada.



Quantas O Paraná prevê até 200 escolas (9% da rede) incluídas no projeto. A comunidade escolar ainda será consultada. São Paulo construirá 33 novas unidades escolares e o projeto-piloto de MG trabalha apenas com três colégios.



Quando O projeto paranaense foi enviado para análise na Assembleia Legislativa do estado. Em São Paulo, o leilão para a escolha dos contratados será em setembro. E Minas Gerais ainda está testando o modelo em unidades piloto.

alunos por turma e fiscalização dos produtos da merenda por nutricionistas da rede.

— O diretor da escola, que será sempre um funcionário da rede, ficará como fiscal deste contrato, observando os serviços — diz o secretário.

DISPUTAS

A medida, no entanto, tem enfrentado resistência na oposição — formada por partidos de esquerda no estado — e pelo sindicato dos professores. Uma assembleia extraordinária dos profissionais foi convocada para discutir estratégias a fim de barrar a aprovação do projeto no Legislativo.

De acordo com a Associação dos Professores do Paraná (APP), o governador quer “acabar com a escola pública”. Ainda na avaliação do sindicato, a lógica da empresa privada é obter lucro, o que seria incompatível com a administração de uma escola pública. “Isso se dá cortando custos,

reduzindo direitos e salários de funcionários(as) e professores(as), e no caso deste projeto, obtendo os índices para aferir mais bonificação. A pressão sofrida nas escolas será ainda maior do que já se sofre hoje”, argumenta o grupo. Atualmente, outros estados estudam modelos similares ao do Paraná. Em São Paulo (leia mais abaixo), 33 escolas serão construídas e depois geridas por 25 anos por uma parceria público-privada, conforme edital que está sendo elaborado.

Já em Minas Gerais, o estado entregou, ainda em 2022, tanto a gestão administrativa quanto a pedagógica de três escolas a uma entidade sem fins lucrativos. De acordo com a secretaria de Educação do estado, foram definidos indicadores para avaliar periodicamente a gestão e o desenvolvimento dos alunos, incluindo índice de aprovação,

reprovação, frequência, evasão/abandono, satisfação da comunidade escolar, dentre outros índices.

“De forma geral, dados preliminares demonstraram que as escolas participantes do projeto atingiram as metas definidas. Além disso, houve um destaque na gestão das informações escolares e na participação dos estudantes no programa de intervenção pedagógica e avaliações internas”, afirmou em nota a secretaria.

EXPERIÊNCIA NOS EUA

Professora do Departamento de Gestão Pública na Fundação Getúlio Vargas, Lara Simielli pondera que, ao adotar esse tipo de propostas, as secretarias estaduais precisam garantir as mesmas condições para escolas operando nos diferentes sistemas:

— Isso tem a ver com prestação de contas adequada, transparência e garantir que nenhum colégio esteja selecionado

alunos direta ou indiretamente. Uma mudança como essa no Paraná exige uma avaliação robusta antes de ampliação para 200 escolas.

Em parceria com Martin Carnoy (Stanford), Lara Simielli é autora do relatório “Escolas charters e vouchers — O que dizem as evidências sobre mudanças públicas para entidades privadas em educação?”. O material é produzido através de uma parceria entre as organizações civis Dades para um Debate Democrático na Educação (DDe) e Todos Pela Educação.

As escolas charters, populares nos EUA, têm entidades privadas à frente da gestão completa dos colégios. O conjunto de evidências, segundo os autores do relatório, mostra que esse modelo teve impacto baixo ou nulo na aprendizagem. O levantamento utilizou dez estudos que, juntos, agregavam evidências encontradas em 150 pesquisas.

Em SP, leilão está previsto para setembro

> O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou que planeja realizar até setembro o leilão para a parceria público-privada (PPP) destinada à construção e gestão de 33 escolas da rede estadual. A oferta será feita em dois lotes e o edital deve ser publicado até o mês que vem.

> Os detalhes do projeto foram definidos na quinta-feira passada, durante reunião do Conselho Gestor do Programa de

Parcerias Público-Privadas (CGPPP) de São Paulo. Os contratos de concessão terão prazo de duração de 25 anos e a projeção do governo estadual é levantar um montante de R\$ 2,1 bilhões em investimentos.

> As novas unidades do projeto, voltadas para ensino fundamental e médio, vão ser construídas em 29 cidades e devem atender a 35,1 mil alunos. Além da construção, a PPP inclui a manutenção e a zeladoria das

estruturas. A gestão pedagógica seguirá com a Secretaria de Educação paulista.

> O primeiro lote, chamado de Oeste, reúne 17 escolas em cidades como Campinas, Itatiba, Marília, Olímpia, Presidente Prudente e Ribeirão Preto, no interior paulista. Já o lote Leste abrange 16 escolas nos municípios de Diadema e Guarulhos, na Região Metropolitana; Peruipe, na Baixada Santista; São José dos Campos, no Vale do Paraíba;



Tarcísio, Governador de SP anunciou PPPs para escolas

entre outras cidades.

> Além do leilão para construção das escolas, o governo paulista também planeja PPPs voltadas para a manutenção e a reforma de 147 escolas.

> Os estudos para essa nova concessão ainda serão realizados. De acordo com o governador Tarcísio de Freitas, o objetivo é “ampliar a gestão privada da zeladoria das escolas” em São Paulo. (Juliana Causin)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil Pagina: 14